

Análise das Interações da Audiência Pública da CMMPV 1309/2025 sobre o Plano Brasil Soberano e o socorro a empresas afetadas por tarifas dos EUA (MPV 1309/2025) – 08/10/2025 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **105 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309, de 2025, em 08/10/2025, sobre a “Análise do Plano Brasil Soberano e do socorro a empresas afetadas por tarifas dos EUA (MPV 1309/2025)”. O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, questionamentos e posicionamentos expressos pelo público, visando auxiliar os parlamentares na avaliação da Medida Provisória.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 105

Temas principais:

1. **Mecanismos, Implementação e Eficácia do Plano (27%):** Neste tema, os cidadãos questionam os detalhes práticos e a capacidade da MPV de atingir seus objetivos. As perguntas focam em como as medidas serão implementadas, se serão eficazes para proteger empregos e a competitividade, e quais os impactos no mercado interno. Há interesse em saber quais setores serão priorizados e como a compra de estoques agrícolas será realizada para não gerar desequilíbrios.

Exemplo: “Como a MP 1309/2025 pode proteger empregos e fortalecer a competitividade do Brasil frente às tarifas dos EUA?” (Edilayne C. - MS)

2. **Critérios, Transparência e Governança (23%):** A preocupação com a justiça e a transparência na distribuição dos recursos é um ponto central. Os cidadãos temem que o socorro seja direcionado a grandes corporações por influência política, deixando de fora micro e pequenas empresas. Exigem critérios técnicos e claros, fiscalização rigorosa para evitar desvios e questionam a composição dos comitês que decidirão sobre os benefícios.

Exemplo: “Como o governo pretende assegurar que os critérios de acesso ao Plano Brasil Soberano sejam técnicos, justos e livres de influências políticas?” (Charles D. - ES)

3. **Estratégia de Longo Prazo e Relações Internacionais (19%):** Muitos participantes olham para além da crise atual, questionando a estratégia do Brasil a longo prazo. As principais preocupações são a excessiva dependência do mercado norte-americano e a necessidade de diversificar parceiros comerciais. Também são abordadas as ações diplomáticas, o acionamento de órgãos como a OMC e a busca por uma soberania real, que, segundo eles, passa pela autonomia tecnológica e não apenas comercial.

Exemplo: “A MP 1309 é crucial, mas qual a estratégia de longo prazo para diversificar mercados e reduzir a dependência das exportações para os EUA?” (Bruna C. - SP)

4. **Impacto Fiscal e Riscos Econômicos (15%):** Este grupo de comentários expressa preocupação com o custo do plano para os cofres públicos. Os cidadãos questionam a sustentabilidade fiscal das medidas, os riscos de aumento dos gastos, quem financiará os juros subsidiados e se o socorro não pode criar uma dependência do Estado, desestimulando a busca por eficiência e competitividade pelas empresas.

Exemplo: “Como o governo garantirá a responsabilidade fiscal do Plano Brasil Soberano, ao excluir renúncias e créditos da meta fiscal de 2025-2026?” (Luka D. - RS)

5. **Críticas, Oposição e Desconfiança (16%):** Esta categoria agrupa manifestações de ceticismo e oposição direta ao plano ou à abordagem do governo. Alguns cidadãos veem o discurso de "soberania" como retórica ideológica que não resolve o problema de base: a baixa competitividade da indústria nacional. Outros são contrários a qualquer tipo de subsídio, defendendo a livre iniciativa, ou expressam desconfiança geral nas instituições políticas e na gestão dos recursos públicos.

Exemplo: “Brasil precisa menos discurso ideológico e mais política industrial efetiva. A soberania virá como consequência da competitividade.” (Gabriel J. SP)

Em conclusão, a audiência pública revelou uma visão crítica e multifacetada sobre o Plano Brasil Soberano, com um debate centralizado na tensão entre a necessidade de um socorro estatal emergencial e a desconfiança sobre a sua execução, custos e estratégia de longo prazo. As preocupações com a transparência na distribuição dos recursos, a sustentabilidade fiscal e o risco de captura política foram temas recorrentes, enquanto diversas manifestações apontaram a competitividade e a diversificação de mercados como o caminho mais efetivo para a soberania nacional, em contraponto ao modelo de subsídios.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35947>.